

Os aspectos do ensino jurídico brasileiro entre o Império e a Primeira República: as Revistas das Faculdades de Direito do final do séc. XIX e do início do séc. XX como acervo de exposições e debates sobre o ensino jurídico.

Aluna: Laura Harumi Fábrica Hassegawa
Orientador: Prof. Dr. Alfredo de Jesus dal Molin Flores
Curso: Ciências Jurídicas e Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução

O projeto está vinculado a linha de pesquisa *Os Desafios da Metodologia Jurídica na Pós-Modernidade*. O objetivo é a análise do Direito como Ciência, tendo grande valoração o estudo interdisciplinar, a análise dos fenômenos sociais como elementos ordenadores da coletividade e a averiguação da influência da realidade fática e cultural no Direito.

Na pesquisa realizada, a bibliografia foi composta por Revistas de Faculdades de Direito, escritas entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX, sendo um aprofundamento do estudo das fontes literárias do Direito. O material estudado é rica fonte de informação e conhecimento a respeito dos debates concernentes ao ensino jurídico, suas propostas de reformas e deficiências à época. Através da análise das Revistas, pode-se averiguar quais temas referentes ao curso de Direito e à magistratura eram mais debatidos entre os catedráticos das Faculdades, bem como quais matérias jurídicas eram mais frequentemente abordadas em seus artigos. Ressalta-se que muito do conteúdo constante no material estudado constitui valioso acervo de consulta para discentes e docentes dos dias atuais, daí a importância de sua catalogação e estudo.

Metodologia

Utilizou-se o método baseado na consulta a periódicos e posterior catalogação e digitalização de partes essenciais ao tema do trabalho. Estes materiais continham publicações que colaboram com o entendimento do debate referente à questão pesquisada. Os artigos publicados pelos doutores foram analisados em sua praticidade, destacando-se os escritos a respeito da situação estrutural do ensino do Direito e as propostas para reformá-lo.

O trabalho teve como enfoque as Revistas das Faculdades de Direito da época, acervo de discussões sobre o tema do projeto. Foram, a partir delas, extraídos os principais aspectos materiais do debate a respeito do ensino jurídico. Após uma análise prévia, foram selecionados os escritos indispensáveis e passíveis de digitalização, sendo critério para tanto a temática dos problemas que afetavam o ensino jurídico e as propostas para a sua reforma, bem como foi destacada a criação das universidades no panorama daquele momento histórico.

Resultados

Foram constatados diversos problemas no ensino jurídico, muitos dos quais ainda hoje existentes: a má remuneração dos professores e o método das aulas puramente expositivas são apontados como alguns dos elementos que merecem atenção e mudanças. É proposto maior investimento na educação, a adoção da livre-docência e um ensino mais prático do Direito.

Constata-se também que os modelos internacionais eram fonte de inspiração para modificações no âmbito da educação nacional, sendo a implantação de seminários ideia importada do modelo alemão.

Era discutida a criação de universidades no país, sendo a maioria dos argumentos contrários referentes à má qualidade do sistema educacional brasileiro desde as séries primárias. Sem uma reforma completa no sistema iniciada nos anos fundamentais, o projeto universitário era apontado como intento que, no futuro, não seria frutífero. Caso houvesse condições para o surgimento de universidades, elas teriam como base os cursos de Medicina, Engenharia e Direito, e seriam benéficas no sentido de proporcionar a interdisciplinaridade e a ligação entre as ciências.

Considerações finais

Percebeu-se a necessidade de catalogação e digitalização do material utilizado, uma vez que, por terem sido as Revistas importantes instrumentos de debate e consolidação de ideias políticas e jurídicas, constitui rico acervo para pesquisa e aprendizagem do Direito. Além disso, os textos escritos pelos magistrados da época permitem conhecimento de matérias ainda hoje estudadas e debatidas.

É preciso tirar as publicações analisadas do esquecimento, para que então haja revitalização da sua importância no âmbito do ensino jurídico.

Referências bibliográficas

- Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife Pernambuco, Recife: 1901, ano IX; 1902, ano X; 1903, ano XI; 1904, ano XII; 1905, ano XIII; 1906, ano XIV; 1907, ano XV; 1908, ano XVI; 1909, ano XVII; 1910, ano XVIII; 1911, ano XIX; 1912, ano XX; 1916, ano XXIV; 1918, ano XXVI; 1920, ano XXVIII; 1922, ano XXX; 1927, ano XXXV; 1928, ano XXXVI; 1931, ano XXXIX; 1932, ano XL.
- Revista da Faculdade de Direito da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 1911, v. VII; 1913, v. IX; 1914, v. X.
- Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, São Paulo: 1902, v. X; 1903, v. XI; 1904, v. XII; 1905, v. XIII; 1907, v. XIV; 1909, v. XV; 1910, v. XVII; 1912, v. XVIII; 1913, v. XIX; 1916, v. XX; 1920, v. XXI; 1926, v. XXII; 1929, v. XXV; 1931, v. XXVI; 1932, v. XXVII; 1933, v. XXVIII
- Revista da Faculdade de direito da Bahia, Bahia: 1915, v. V; 1932, v. VII; 1933, v. VIII.